

A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO PELA EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO EM VOLTA REDONDA (1979-1986)

Ana Karolina Soares Kabelac¹

Pedro Henrique Neves do Nascimento²

Paulo Célio Soares³

Resumo

Esse artigo analisa a trajetória do MEP - Movimento pela Emancipação do Proletariado - em Volta Redonda no processo de redemocratização no final dos anos setenta do século XX. A partir de análise de fontes bibliográficas de diversos autores e de documentos disponíveis no acervo “Projeto Brasil Nunca Mais”, e entrevistas com militantes do MEP e de movimentos sociais em Volta Redonda, este artigo analisou a atuação desse movimento que se opôs a ditadura, na luta pelos direitos dos trabalhadores e pelos direitos humanos. O MEP desenvolveu um amplo trabalho de base, organizando os trabalhadores, dialogando com outros grupos políticos, fortalecendo os movimentos sociais locais, constituindo-se ainda como um dos agentes responsáveis pela fundação do Partido dos Trabalhadores e pela formação de novas lideranças políticas na cidade de Volta Redonda.

Palavras-Chave: Movimento pela Emancipação do Proletariado. Volta Redonda. Redemocratização.

THE TRAJECTORY OF THE MOVEMENT FOR THE EMANCIPATION OF THE PROLETARIAT IN THE PROCESS OF REDEMOCRATIZATION IN VOLTA REDONDA (1979-1986)

¹Graduada em História pelo UGB/FERP.

²Graduado em História pelo UGB/FERP.

³Doutor em História pela UFRRJ) e Mestre em História Social pela USS.

Abstract

This article analyzes the trajectory of the MEP - Movement for the Emancipation of the Proletariat - in Volta Redonda in the process of redemocratization in the late seventies of the twentieth century. Based on an analysis of bibliographic sources from several authors and documents available in the Projeto Brasil Não Mais collection, and interviews with MEP and social movements militants in Volta Redonda, this article analyzed the performance of this movement that opposed the dictatorship, in the struggle for workers' rights and human rights. The MEP developed a broad base work, organizing workers, dialoguing with other political groups, strengthening local social movements, constituting itself as one of the agents responsible for the founding of the Workers' Party and for the formation of new political leaders in the city of Round Round.

Keywords: Movement for the Emancipation of the Proletariat. Volta Redonda. Redemocratization.

Introdução

O presente artigo apresenta a trajetória do Movimento pela Emancipação do Proletariado em Volta Redonda, durante os anos de 1979 a 1986, no processo de redemocratização do país. Os objetivos são analisar a trajetória e atuação do MEP em Volta Redonda, entendendo essa atuação como forma de resistência à ditadura militar no contexto da redemocratização.

A ditadura militar deixou profundas marcas em nosso país. Apesar de existirem inúmeros estudos, tanto no campo político, econômico e também social, há muita discussão em torno do que foi o período e suas consequências para o país. No atual momento, com tantos embates e tensões e, ainda, o fato de alguns setores da sociedade conclamarem a volta da ditadura, em uma memória equivocada e romântica do que realmente foi o regime, é de suma importância discutir as várias formas de resistência à ditadura militar. O estudo sobre o MEP e sua forma de atuação em Volta Redonda se torna relevante para que a memória do que realmente foi a ditadura civil militar brasileira mantenha-se viva.

Segundo Cunha (2019), o MEP tem sido abordado apenas de maneira genérica ou é citado em estudos que tinham como foco outros objetivos. Não existem muitos estudos que abordem esse agrupamento político como eixo principal. Esse grupamento apresentou críticas à luta armada, devido ao fracasso da mesma e buscou executar um amplo trabalho de base nas cidades. E mesmo inseridos no contexto de redemocratização, seus militantes foram perseguidos e tiveram direitos violados.

Em nossa discussão historiográfica forma fundamentais autores como Ridenti (2010), que discute e analisa a atuação das esquerdas brasileiras durante a ditadura civil militar, Sader (1988), que analisa a reorganização dos movimentos sociais na década de 1970, Cunha (2019), que reconstrói a história do Movimento pela Emancipação do Proletariado e Soares (2019) analisa os grupos de esquerda e os movimentos eclesiais na cidade de Volta Redonda.

A metodologia de nossa pesquisa incluiu a análise de fontes bibliográficas e documentos disponíveis no acervo Projeto Brasil Nunca Mais⁴ e entrevistas com militantes do Movimento pela Emancipação do Proletariado de Volta Redonda e de outras organizações da cidade, como movimento operário, movimento dos professores, membros das comunidades de base e movimentos independentes. As entrevistas foram elaboradas pela dupla com objetivo de remontar as ações do MEP ocorridas na cidade, inclusive em conjunto com as demais organizações e remontar a trajetória desse movimento.

Ditadura Militar

O governo de João Goulart⁵ se iniciou em setembro de 1961, após renúncia de Jânio Quadros, e se estendeu até abril de 1964, quando ocorreu o golpe civil militar.

⁴ O acervo digital conta com documentos e processos digitalizados referente ao MEP. O acervo conta com pastas divididas em sessões/posições.

⁵ Filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Jango teve a carreira consolidada ainda no governo de Getúlio Vargas, no qual foi Ministro do Trabalho, executando medidas em prol dos trabalhadores,

Os efeitos da Guerra Fria⁶ no Brasil se mostraram presentes durante o governo de Jango, que obteve apoio entre os camponeses e proletariado, ao mesmo tempo que gerava tensões com as forças empresariais.

Em 31 de março, lideranças militares e civis aplicaram um golpe de estado com o objetivo de garantir o estabelecimento da ordem e a retirada de qualquer vestígio comunista no Brasil. Contra-argumentando a justificativa para a aplicação do golpe militar em 1964, o historiador Bóris Fausto, em entrevista, afirmou que não havia ameaças comunistas a ponto de um golpe militar no Brasil.

Ameaça imediata de implantação de um regime comunista não havia. O que havia era uma situação de divisão do país, de uma radicalização, às vezes, era efetiva, às vezes, era mais verbal do que efetiva. Agora, evitar essa situação por um golpe que durou 20 e tantos anos, aí as coisas pesam de um modo diferente na balança. Se houvesse uma convicção de que era preciso enfrentar, sim, uma situação muito difícil, mas preservar de qualquer forma as instituições democráticas a gente não teria chegado ao ponto que chegou, e, enfim, com o fechamento que foi grave em 64 e se tornou gravíssimo em 68 e resultando num período triste, difícil da nossa história. (FAUSTO, 2019.)

Depois do golpe, a partir do dia 2 de abril, a violência se mostrou ativa, como exemplo, o incêndio do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a destruição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Diante da destruição de espaços políticos, algumas organizações foram caracterizadas como ilegais, ocorreram censura contra a oposição e direitos legais foram reprimidos, como, por exemplo, a liberdade de expressão, que ocasionou prisões de políticos e manifestantes contrários ao golpe. Em texto, a Comissão Nacional da Verdade (2014) abordou a repressão militar junto a UNE.

como aumento em 100% do salário mínimo, que geraram insatisfação aos grupos conservadores, que, por sua vez, acusavam Vargas e Jango de “comunistas”.

⁶ O mundo se encontrava polarizado devido à disputa ideológica entre o capitalismo norte americano e o socialismo soviético.

Uma série de projetos, linhas de pesquisas, cursos e grupos foram afetados e, muitas vezes, banidos do sistema. A ditadura passou até mesmo a controlar a produção de livros e estabeleceu a censura para muitos outros (Decreto-lei no 1.077/1970). Implantou uma política de modernização autoritária das universidades. Também ocorreu colaboracionismo de professores e dirigentes com o novo regime. E, algumas vezes, universidades chegaram a firmar parcerias com a Escola Superior de Guerra para ministrar cursos em seus campi... (CNV, p. 266, 2014)

Revelando os primeiros traços autoritários do regime, o ato que retirou a eleição direta para presidente, também ordenou maiores poderes ao executivo e a diminuição de poder ao legislativo, ocasionando mandatos de cassação e exoneração de funcionários públicos, civis e militares.

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos. (BRASIL, 1964, Ato Institucional nº1)

Visando se comprometer com uma imagem democrática, o governo de Castello Branco⁷, implantou o bipartidarismo, que criou a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representando o governo, e de outro lado, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que compunha uma fraca oposição controlada. Segundo Fico (2004), institucionalizou-se o bipartidarismo no Ato Institucional número 2, e, com as famosas “comunidades de segurança” e “comunidade de informações.”

Por fim, a instauração do ato mais draconiano, e que é peça fundamental para a formulação do trabalho aqui citado, se apresentou no dia 13 de dezembro de 1968, inaugurando um período marcante e escancarado da ditadura: a formulação do Ato Institucional número 5, que suspendeu a garantia do habeas corpus, dispôs dos poderes do presidente para decretar estado de sítio, intervenção federal, suspensão

⁷ Foi o primeiro “presidente” da ditadura militar, tendo sido eleito indiretamente.

de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos, voltando a excluir seus atos da apreciação por parte do Poder Judiciário, e podendo decretar recesso no Congresso Nacional, em Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. Em conjunto com o AI nº 5, foi editado o Ato Complementar nº 38, determinando o fechamento do Congresso Nacional, que permaneceu fechado por quase um ano.

Luta armada

O golpe de 1964 promoveu uma ‘modernização conservadora’ e concentradora de riqueza, considerada pelas classes dominantes, que contribuíram com o golpe, como o meio para superar a crise econômica. Com tudo isso houve um desmantelamento das organizações dos trabalhadores (Ridenti, 2010). Em resposta, uma parte da esquerda brasileira optou pela luta armada, também pela influência das manifestações libertárias⁸ que ocorriam pelo mundo.

Em meio às divergências, a versão mais tradicional e difundida era a do PCB, em que a revolução seria em duas etapas, primeiramente “burguesa” ou de “libertação nacional” (Ridenti, 2010). Nesse sentido, haveria uma união entre as classes sociais progressistas, visando romper com o modelo econômico imperialista estabelecido, e só então, em segundo momento, a organização de um governo de operários e camponeses.

A hegemonia no campo da esquerda era exercida pelo PCB, Partido Comunista Brasileiro⁹, que enxergava na eleição de Jango uma base de sustentação política, considerando um grande avanço para a libertação nacional. Entretanto, no cenário

⁸ Reforçando o momento de tensão em decorrência da Guerra Fria, os feitos da Revolução Cubana eram lembrados pelos revolucionários de esquerda como luta por libertação. Além disso, havia influência movimentos ligados à contracultura, contestavam a Guerra do Vietnã, havia ascensão dos movimentos negro, LGBT e feminista, etc.

⁹ Fundado em 1922, inicialmente Partido Comunista do Brasil até 1961, quando altera para Partido Comunista Brasileiro visando facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização.

político da década de 1960, surgiram várias organizações críticas ao PCB, formando a chamada “nova esquerda”. Esses novos grupamentos questionavam as orientações do PCB, sob influência leninistas¹⁰ e legado stalinista¹¹, de que era necessário a formação de um partido centralizado, preparado para tarefas que contribuíssem para a classe operária, capazes de dirigir o processo de lutas das classes.

Segundo Ridenti (2010), essas novas esquerdas possuíam inúmeras divergências no que tange ao caráter da revolução brasileira, ao tipo de organização necessária para a mesma e às formas de luta para chegar ao poder. Os principais grupos eram o Partido Comunista do Brasil, a Ação Popular, o trotskistas¹² e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária, POLOP.

Como foi visto anteriormente, havia diversos grupos no campo da esquerda com críticas ao PCB e sua hegemonia. As principais críticas partiram do PCdoB, que acusava o “Partidão” de “abandono do marxismo”. Na primeira Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, realizada em fevereiro de 1962, defendiam-se teses do Congresso do PCB, o etapismo e que seria através da revolução armada, com qual se alcançaria o governo revolucionário.

Além deste, a AP ganhou destaque no cenário. Originário do catolicismo, o grupo seguia uma ideologia própria em que unia socialismo e humanismo. Havia forte presença dos membros da AP na UNE. As formulações da AP foram influenciadas pela Revolução Chinesa. De acordo com Cunha:

Noções como a de guerra popular prolongada, a valorização do trabalho camponês e a proletarização da militância, ou seja, destacar militantes para exercer trabalhos proletarizados, faziam parte de seu horizonte político. (CUNHA, 2019, p 30.)

Já o trotskismo se destacou no Partido Operário Revolucionário (POR), também estando presente no meio estudantil. E as dissidências do PCB, quase todas

¹⁰ Tendência teórica baseada nas teorias de Vladimir Lenin, que foi um revolucionário comunista, teórico marxista e chefe de estado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

¹¹ O stalinismo foi o período em que a União Soviética estava sob poder de Joseph Stalin.

¹² O trotskismo foi uma tendência teórica a práxis e a teoria revolucionária comunista elaborada por Leon Trotsky, intelectual marxista e líder revolucionário bolchevique.

tiveram um viés militarista, sendo contrário a maneira de se fazer oposição à ditadura militar. A mais notável dentro deste viés é a ALN, comandada por Carlos Marighella¹³ e Joaquim Ferreira¹⁴. Para este grupo, a luta armada era uma forma de resistência e caminho para a revolução. Defendia a ideia do foquismo¹⁵, inspirado na Revolução Cubana, com objetivo de formar um grande exército popular, capaz de derrubar a ditadura e colocar em seu lugar um governo de libertação nacional. Ao contrário do que dizia o movimento comunista internacional, para o grupo não havia necessidade de um partido da revolução.

Outros grupos que atuaram no período foram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário que, além de ter críticas ao PCB semelhantes às da ALN, buscava também a elaboração de um projeto semelhante ao de Marighella, embora, para eles, houvesse necessidade de um partido para a revolução. E o MR-8, que realizou ações conjuntas à ALN, como o sequestro do embaixador Charles Elbrick¹⁶, em 1969.

Surgiu também a ORM-POLOP, formada a partir de intelectuais que fizeram uma leitura da realidade brasileira e, com base nesta, elaboraram sobre qual o caráter da revolução. No entanto, conforme Gorender, havia certa incapacidade do grupo em inserir-se na real luta dos trabalhadores. (GORENDER, 1987, p. 40).

Em Cunha: “As ruas das cidades e o campo, com as ligas camponesas reivindicavam direitos trabalhistas, reforma agrária, urbana, educacional, o controle da remessa de lucro, enfim, pautas que compunham as reformas de base. O ponto auge desse entusiasmo social foi o famoso comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro. A POLOP ficou à margem desse movimento, enquanto o trabalhismo e o Partido Comunista viviam momento de bastante influência.” (CUNHA, 2019, p 30.)

¹³ Político, guerrilheiro e também poeta, fundou a ALN com dissidentes do PCB. É considerado um dos principais organizadores da resistência à ditadura militar, foi preso e torturado, sendo assassinado pelo regime em 1969.

¹⁴ Também conhecido como “Toledo”, o jornalista foi comandante da ALN e atuou junto com Marighella. Foi preso e torturado, sendo assassinado pela ditadura em 1970.

¹⁵ A teoria revolucionária parte da instalação de grupos (“focos”) de guerrilha.

¹⁶ Esta ação teve como objetivo principal a libertação de militantes que foram presos pelo regime e leitura de um manifesto em rede nacional.

No entanto, alguns autores consideram o papel da POLOP fundamental quanto ao desempenho intelectual. A fundação da POLOP foi o marco do surgimento da nova esquerda, uma vez que foi a primeira organização que se apresentou como uma substituta do PCB dentro dos movimentos de resistência. (Cunha, 2019)

Havia uma contradição dentro da POLOP, visto que o grupo via na classe trabalhadora a tarefa histórica de realizar a revolução, mas a maior parte dos seus membros eram estudantes, artistas, profissionais liberais, ligados de alguma forma à intelectualidade, enquanto os trabalhadores manuais urbanos representavam uma pequena parcela dos membros do grupo, mas isso não era exclusivo desse movimento. Essa situação se explica devido à forte repressão aos sindicatos e movimentos sociais, através de prisões e intervenções do Estado. Apesar disso, acreditava que o movimento dos estudantes seria capaz de dar suporte ao processo revolucionário dos trabalhadores, por meio de agitações que promovessem de alguma forma a desestruturação do regime.

A POLOP se apresentava como alternativa ao PCB, o projeto de uma revolução socialista realizado pelas massas rurais e urbanas. Segundo o seu 'Programa Socialista para o Brasil', de 1967, o Brasil naquele momento era um país capitalista industrial cujo desenvolvimento encontrava-se bloqueado, e a burguesia não poderia romper completamente com a herança colonial e agrária e o imperialismo apressava a crise do capitalismo no país, pois mantinha o país na estagnação e subdesenvolvimento.

Havia também um debate sobre a necessidade de se estruturar um partido nos moldes marxista leninista para se fazer a revolução. Segundo essa concepção, a guerrilha partiria do campo e de ações armadas nos centros urbanos, de forma que uma vanguarda conduziria essa luta. Algumas organizações colocaram na prática os ensaios dessa forma de luta, como a ALN (Aliança Libertadora Nacional), a VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, Comando de Libertação Nacional (COLINA), PCdoB, Partido Operário Comunista (POC) e diversos outros. Nesse sentido, a ideia seria de que o partido coordenaria a guerrilha rural com a luta armada nas cidades

conjugando as ações das massas urbanas e camponesas, dirigindo em conjunto o processo da revolução.

Entretanto, a guerrilha fracassou por diversos motivos. A falta de apoio dos movimentos sociais, além da falta de envolvimento popular, fez com que não houvesse adesão ao projeto revolucionário. Segundo Almeida (2013), havia um afastamento da elite intelectual dos problemas sociais da população, não sendo a revolução comunista brasileira dos anos 60 e 70, capaz de atingir a revolução social.

Todas as organizações de esquerda que surgiram nesse período foram desarticuladas pela repressão até 1972, apenas o PCdoB resistiu até 1974, quando foi derrotada na Guerrilha do Araguaia¹⁷, no sul do Pará. Os militantes da luta armada, estavam mortos, presos, exilados e clandestinos dentro do país.

Apesar de fragilizados, os militantes continuaram atuando na clandestinidade, buscando reorganizar o movimento de oposição. De acordo com dados levantados pelo Projeto Brasil Nunca Mais, cerca de quarenta organizações clandestinas atuaram no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Cair na clandestinidade era, acima de tudo, uma tentativa de sobrevivência para estes militantes políticos. Ao ingressar em uma organização da esquerda armada e/ou ao tornar-se clandestino, o militante rompia de forma radical com toda sua vida anterior. Identidades falsas, “aparelhos”, “pontos” e regras de segurança tornavam-se parte da rotina. O guerrilheiro habitava um mundo com linguagem, leis e códigos próprios – uma existência paralela. Em muitos sentidos, cair na clandestinidade significava tornar-se um exilado dentro de seu próprio país. (SILVA, p.9, 2012)

De acordo com Sader, no final dos anos 1970, surgiu uma nova configuração de classe, na qual novos sujeitos se tornaram agentes coletivos. Os movimentos sociais que surgiram compostos por estes agentes, foram guiados por uma série de interesses e necessidades de uma coletividade. Há uma mesma definição daquilo que é necessário, conforme Sader “[...] alimentos que saciam a fome, do tipo de vestimenta

¹⁷ Considerado o maior movimento armado contra a ditadura militar, a guerrilha contou com militantes comunistas que enfrentaram o exército na região entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. A guerrilha foi violentamente reprimida pelas Forças Armadas.

que os abriga e os expõem, do significado da casa, dos meios de transporte, do lazer, etc.” (SADER, p.37, 1988). Dentro deste contexto, se formou o MEP, com uma proposta de autocrítica do modelo de guerrilha: sua tática incluía se aproximar dos trabalhadores, reuni-los, através de uma ótica de semelhança e identificação a partir de elementos comuns, e realizar trabalhos de base visando à conscientização política desses trabalhadores.

Redemocratização

Definida como lenta, gradual e segura, a liberação do regime se realizou com pequenos avanços e recursos. O governo, que sofreu perdas significativas em relação à força da oposição e seu embate contra o Estado, tentou distintas formas de uma abertura conservadora, evitando a chegada da oposição ao poder.

Por outro lado, a “linha dura” tentou continuar mantendo as atividades dentro dos porões do regime. Em outubro de 1975, com a morte de Vladimir Herzog, diretor jornalístico da TV Cultura em São Paulo, que supostamente foi apontada como suicídio, provocou grande indignação entre as classes médias e a Igreja Católica. Com isso, as críticas as torturas foram caso emblemático ao regime.

Os militares por sua vez, buscaram mecanismos para abrandar a ditadura. A partir da ideia desenvolvida pelo general Golbery do Couto Silva¹⁸, posta em prática pelo general Ernesto Geisel¹⁹, começou a se processar no Brasil uma abertura “lenta, gradual e segura.” Essa abertura representou uma medida planejada para a manutenção da ordem sem quebrar a constitucionalidade (D’Araújo et al., 1995). E não se fez sem recursos, como o “pacote de abril²⁰” representou o conjunto de “salvaguarda”, permitiu a manutenção das ideias de 1964, se referindo como um retrocesso ao processo de abertura política.

¹⁸ Fundamental colaborador para elaboração da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil.

¹⁹O general foi o quarto presidente da ditadura militar.

²⁰Foi um conjunto de medidas impostas por Geisel alterando, principalmente, as eleições de 1978.

Apesar das tentativas do governo de controlar esse processo, a oposição representada pelos estudantes, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), exigiam a redemocratização imediata do Brasil.

Com o fim do chamado “milagre econômico brasileiro²¹” e os consequentes desdobramentos no âmbito econômico, como o crescimento inflacionário, dívida externa e empobrecimento da população, junto às denúncias de casos de torturas - principalmente após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog²² - o governo militar começou a se desgastar dando musculatura eleitoral para a oposição.

Entre 1978 e agosto de 1979, mês da tramitação e aprovação da lei n.6.683, no Congresso Nacional, esses comitês realizaram reuniões, manifestações, congressos, encontros, seminários, enfim, um conjunto de atividades que tiveram como principal bandeira a anistia ampla, geral e irrestrita (FAGUNDES, 2014, p. 269 apud GRECO, 2003).

Algumas iniciativas contaram com um amplo leque de apoio e sustentação política, representando um espaço de cidadania. Ocorreram manifestações que ocuparam páginas de destaques nos principais jornais do país. Aglutinando milhares de pessoas da sociedade civil organizada, que incluía setores da igreja católica, organizações de esquerdas, emedebistas, militantes estudantis, familiares de políticos desaparecidos e presos políticos estendiam faixas que continham frases: “Vladimir Herzog, presente”, “Terrorista é a ditadura, que tortura”, “Devolvam os corpos dos nossos companheiros”, “Honestino Guimarães²³”, “você continua na nossa memória”. A eleição indireta em 1978 demonstrou os últimos percalços da ditadura militar.

²¹O período entre final da década de 1960 e 1970 foi de rápido crescimento econômico brasileiro, entretanto, é importante destacar que nesse período houve aumento da concentração de renda, corrupção e exploração dos trabalhadores, os quais enfrentaram arrocho salarial e foram os mais afetados de forma negativa pelas consequências do “milagre”.

²² A missa realizada foi a maior organização civil desde o AI-5.

²³ Estudante de Universidade de Brasília, foi um líder estudantil, filiado à Ação Popular, foi preso e desapareceu em 10 de outubro de 1973.

Indicado por Geisel, João Figueiredo²⁴, eleito pelo Colégio Eleitoral, assumiu em 15 de março de 1979 tendo como plano de fundo a luta dos movimentos sociais exigindo a redemocratização do país junto ao surgimento de novos partidos políticos.

Sobre forte pressão da sociedade, o governo decretou a anistia política em agosto de 1979. Os pactos no entorno dessa transição envolveram além da liberação da transferência de poder aos civis, uma definição pós-autoritarismo. Isso se revelou através do debate sobre a anistia, os militares, particularmente os comprometidos com a repressão, demonstravam inquietude com possíveis vinganças, processos e condenações.

A solução encontrada foi a aplicação da anistia tanto para os que lutaram contra o regime quanto para os que reprimiram em seu nome. Se o principal objetivo da oposição brasileira era garantir a democratização, e sabendo que sua posição era frágil no conjunto das negociações, era fácil prever que os minimalistas aceitariam as salvaguardas propostas pelos militares mesmo contra a opinião daqueles setores da sociedade que queriam uma democratização mais acelerada. (D'ARAÚJO et al., 1995, p. 36).

Nesse cenário o sistema de pluripartidarismo foi implantado no Brasil, em letra de lei, as condições de tolerância dos novos partidos políticos, com a reforma partidária, a Lei n. 767 que modificou a Lei 5.682 de 1971, foi uma clara tentativa de dividir a oposição. Com a divisão, todos os antigos membros da Arena iriam para um único partido, enquanto os membros do MDB se dividiram em várias agremiações.

Esta reforma n. 767 de 20 de dezembro de 1979, modificou alguns dispositivos da Lei n. 5.682 de 21 de julho de 1971, a Lei orgânica dos Partidos políticos na época, nos termos do art. 152 da Constituição, que recebeu alteração da Emenda Constitucional n. 11/78, acabou por introduzir uma significativa novidade, colocando fim ao bipartidarismo, ou seja, a ARENA v. MDB, dando início ao pluripartidarismo partidário. (DAMBROS, 2017, p. 128).

²⁴ Último presidente do regime, Figueiredo chegou ao poder após chefiar o Serviço Nacional de Informação e foi responsável por finalizar a transição do regime através da abertura controlada iniciada em Geisel.

Com isso novos partidos foram fundados, o Partido dos Trabalhadores (PT) através da liderança de Luís Inácio Lula da Silva, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola. O (MDB) no qual se tomava “frente” como oposição, mudou seu nome para Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O núcleo formado pela antiga ARENA se institucionalizou como Partido Democrático Social (PDS) continuando a defender os interesses do regime militar.

O pluripartidarismo foi uma forte demonstração diversidade de opinião, colaborando para a imagem de um estado democrático brasileiro. Kneipp (2002) comenta que esse sistema não deve servir como subterfúgio da desordem e da inexistência de um mínimo de ação política. E se assim for utilizado, se mostra negativo à democratização, pois o seu intuito maior é a forte participação do povo na formulação da vontade estatal.

As Origens do Mep

O Movimento pela Emancipação do Proletariado surgiu em 1976 como resultado das diversas rupturas de grupos de esquerda ocorridas devido a divergências quanto à forma de tomada do poder. Esses grupos tiveram um curto período de atuação e rearticulavam graças às divergências quanto à forma de atuação e devido à forte repressão. Em 1967 a POLOP sofreu uma racha e surgiu o POC – Partido Operário Comunista – e em 1970, de uma nova dissidência, surgiu a Fração Bolchevique, que logo se desestruturou entre 1971 e 1972.

O MEP surgiu aglutinado dissidentes do POC e da PO – Fração da Política Operária, inicialmente atuando na clandestinidade e adotando o Programa Socialista para o Brasil, desenvolvido pela POLOP. Sua proposta era crítica à luta armada, buscando formar militantes inseridos na base, promovendo ações nos bairros, trabalhando muitas vezes junto à Igreja.

Esse grupamento desenvolveu uma política de incentivo às oposições sindicais, apoiou a construção de comitês e círculos operários e demais espaços de

formação de militantes. Era importante manter a atuação sindical mesmo que os sindicatos estivessem atrelados ao Ministério do Trabalho, pois “sempre houve empenho no sentido de construir uma intervenção junto ao proletariado”. (CUNHA, p.143, 2019).

As pautas reivindicatórias giravam em torno da liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores, bem como liberdade sindical e direito de greve, além da questão da repressão, tortura e pautas relacionadas ao arrocho salarial e garantia de emprego.

Após 1970 e o desmantelamento dos grupos armados por ações repressivas dos DOI-CODIs, não havia mais grupos ligados à luta armada. Não havia indícios de que o MEP iria, em algum momento, atuar politicamente dessa maneira, sendo assim, a organização não representava riscos à ordem política e social. Entretanto, os militantes foram atingidos com torturas, sequestros, prisões e demais ações repressivas.

A Conferência Nacional que fundou o MEP ocorreu em 1976 no distrito de Itaipava, no Rio de Janeiro. De acordo com o seu programa políticos²⁵, sua luta incluía a defesa dos interesses do proletariado. Para tanto defendia organização de um partido operário independente.

A organização também foi responsável por edições de jornais, cujas publicações denunciavam os crimes da ditadura, divulgavam as lutas de resistência, e também de revistas, que debatiam estratégia e tática das organizações revolucionárias, além da formação política e ideológica dos militantes. Em 1979 foi editado um jornal de caráter legal, “O Companheiro”, no qual as ideias circulavam entre as oposições e aos setores mais ativos do movimento dos trabalhadores, estudantes e intelectuais.

Apoiado em suma maioria por estudantes e professores, o crescimento do grupo se deu em um momento de “distensão” do governo Geisel, obteve protagonismo em atuações como a manifestação anti tortura na PUC-Rio em 1977 e, em 1978,

²⁵ Disponível no Brasil Nunca Mais em posição bnm_700 (1696)

organizou uma manifestação em massa em frente a Auditoria da Aeronáutica durante o julgamento de presos políticos pelo regime.

O MEP visou estreitar as relações com a classe trabalhadora em torno de seus objetivos, com propostas que fossem capazes de fazer avançar o movimento, bem como a consciência de classe, superando o reformismo do PCB e do PCdoB²⁶ e priorizando ações diretas junto à classe. Atuou também com trabalhos de base em bairros periféricos, auxiliando a prática sindical combativa, através de contato com familiares e amigos e círculos operários, que reuniam trabalhadores do mesmo local de trabalho e de locais diferentes²⁷, “[...] o desafio constituía em construir frentes de unidade, e disputar a linha política no interior dessas.” (CUNHA, p.105, 2019)

Seguindo a ótica de Sader (1988), é através dos trabalhos de base que surgem novos agentes, reivindicando direitos e em processo de auto organização. Conforme o autor aponta:

(...) era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e a autoajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. (SADER, p. 36, 1998)

Os movimentos sociais que surgiram neste momento formaram uma cadeia complexa de significados que não podiam mais ser determinados apenas por determinações estruturais.

Evolução política e militância

O projeto político do MEP baseou-se no *Programa Socialista para o Brasil (PSB)* somado a críticas ao mesmo, sobretudo a proposta de aliança com setores da burguesia nacional e a ausência de uma política de cunho marxista-leninista, que fazia

²⁶Disponível no Brasil Nunca Mais em posição bnm_700 (1695)

²⁷ Disponível no Brasil Nunca Mais em posição bnm_700 (1727)

com que as massas fossem desmobilizadas, não sendo capazes de reagir frente às ações golpistas.

As críticas ao Programa Socialista para o Brasil apontaram também os seus limites, visto que sua formulação se deu em momento de derrota e fraqueza política da esquerda marxista e também à caracterização feita às classes dominantes, apresentando as mesmas como um bloco homogêneo. Alguns elementos do PSB permaneceram em acordo com as resoluções do MEP, como o caráter socialista da revolução, o protagonismo do proletariado industrial frente ao processo revolucionário, a luta contra o poder político burguês através de um governo revolucionário formado por trabalhadores urbanos e camponeses. De toda forma, é a partir do PSB que foi elaborada a proposta política do MEP.

De acordo com Cunha (2019), a organização do movimento seguiu a tradição leninista e buscou a unidade de ação do grupo, através do princípio do centralismo democrático, fazendo-se necessário uma direção forte, capaz de conduzir o grupo por meio de resoluções nacionais e ciente dos acontecimentos presentes. Além disso, era de suma importância a subordinação voluntária do individual ao coletivo.

Como não existe mudança conduzida individualmente, a ação em grupo passa a ser cláusula pétrea. A disciplina nada mais é do que o encontro entre a liberdade e a solidariedade. O indivíduo só pode ser livre se o Outro também o for. Logo, a liberdade só pode ser construída em coletivo. Essa liberdade é diferente da liberdade burguesa, na qual apenas poucos são de fato livres. Por seu turno, a solidariedade é fundamental para a ação coletiva. (CUNHA, 2019, p.97)

A organização também prezava pela questão organizativa e liberdade de opinião, visto que o direito à crítica é fundamental dentro da democracia, além dos direitos e deveres de cada militante, bem como condições para ingressar no movimento.

Em um contexto em que a sociedade passou a lutar pela redemocratização, com o MDB sendo canalizador das reivindicações democráticas e populares, embora este aceitasse o processo “lento e gradual” de reforma política, representava a burguesia e a pequena-burguesia, avançou também a luta operária.

O MEP fazia forte crítica à política do MDB²⁸ e suas ações de resistência, devido ao caráter burguês e falta de representação aos interesses dos trabalhadores, mesmo porque o conteúdo burguês e da fachada democrática não iriam criticar o capitalismo monopolista e a superexploração dos operários.

Segundo sua visão, a classe trabalhadora politizada, ou seja, que compreendesse que o controle repressivo do estado se mantinha pelo controle do salário, pelas péssimas condições nas fábricas, na ausência de estabilidade no emprego, enfim, teria condições de questionar a ditadura, solicitando reivindicações justas. Além disso, seria capaz de desestabilizar o regime através de greves e demais paralisações da produção, visto que, desestabilizar economicamente significava desestabilizar o plano político que sustentava a ditadura. A tarefa do MEP, conforme Cunha, era atuar no movimento operário, mediando as:

(...) manifestações por livre organização e manifestação política, organizar e eleger comissões de fábrica, fim da máquina repressiva, fim das torturas e liberdade aos presos políticos, fim do arrocho, congelamento dos preços, elevação geral dos salários e garantia de emprego para todos. (CUNHA, 2019, p. 105)

Nesse sentido, o MEP buscou fortalecer sua atuação sindical a partir das agitações que ocorriam entre os trabalhadores naquele momento. Os militares prometeram um processo de distensão política, 'lenta, gradual e segura' ainda no governo Geisel, no entanto, o aparato repressivo atingiu o MEP com prisões e torturas. De acordo com Cunha (2019), a repressão ao MEP demonstrava que o regime permanecia silenciando e perseguindo opositores. Os militantes presos lutaram por sua liberdade, denunciando a violência que sofriam pela imprensa brasileira, o que sensibilizou a população, pressionando a queda do regime. Mesmo nesse contexto o MEP se organizou e

²⁸ Disponível no Brasil Nunca Mais em posição bnm_700 (1708), sendo neste, apresentada crítica ao MDB e em bnm_700 (1716)

(...) ganhou dimensão nacional. Era discutido nos jornais, nas universidades, entre os democratas. O pequeno grupo nascido da POLOP conseguiu expor a ditadura, de maneira a contribuir para o seu desgaste. (CUNHA, p.117, 2019).

Nesse período ocorreram protestos de diversas categorias profissionais, nas quais o MEP tinha trabalho de base, como no caso do Sindicato dos Profissionais da Educação (SEPE) e metalúrgicos em Niterói. A repressão ao MEP teve pouco efeito pois, mesmo com as prisões, o grupo permaneceu ativo, ampliando as denúncias de torturas, arbitrariedades jurídicas, dentre outras formas de violação de direitos. Segundo Cunha (2019), a resistência do MEP às prisões foi o maior golpe da organização contra o governo ditatorial.

Esse grupamento mobilizou campanhas de libertação de presos políticos, que ocorriam em universidades, sindicatos e demais locais em que estava presente. Através de seu jornal “Nova Luta”, eram denunciadas as prisões, ocorriam discussões acerca do desemprego e arrocho salarial, além de, obviamente, apresentarem críticas ao governo e suas práticas repressivas. Com o afrouxamento da censura com relação à imprensa, passaram a denunciar as manipulações nos índices de inflação e correção salarial.

O arrocho salarial e o aumento no custo de vida somados à repressão fizeram com que ocorresse uma greve espontânea em São Bernardo do Campo, em 1978, envolvendo outras fábricas. Foi nesse momento que surgiu a figura de Luiz Inácio Lula da Silva em âmbito nacional. Nos anos seguintes, novas greves ocorreram e, com a ação de organizações clandestinas, lideranças independentes e fortes bases na Igreja Católica, ocorreu uma grande paralisação. De acordo com Cunha (2019), o MEP desenvolvia uma política de incentivo às oposições sindicais, uma vez que o grupo tinha a perspectiva de retomada das lutas operárias.

Já em 1979, a organização elaborou um novo periódico, para publicação em maior escala e com material legal, é publicado, então, o jornal “Companheiro”. Neste foram apresentadas ideias e interpretações acerca do cenário daquela época, além de estímulo às lutas, dos trabalhadores e dos estudantes e, ainda, investia na

construção do Partido dos Trabalhadores. O periódico também contou com entrevistas com lideranças políticas e intelectuais e levantou novas discussões, como feminismo e sexualidade. As atividades do jornal encerraram em dezembro de 1981, devido às dificuldades em sustentar a produção e divulgação em território nacional.

Como citado anteriormente, o MEP teve forte atuação no movimento estudantil e dos professores, que mantiveram atuação clandestina, apesar da repressão. Atuou em universidades, com campanhas pela liberdade de presos políticos e buscou a integração dos estudantes às lutas populares e unificação das lutas estudantis, apoiou as greves por melhorias na educação e contra a ditadura e pelo fim do arrocho salarial, estabilidade para professores e melhoria de salários²⁹.

É importante destacar a atuação do MEP em bairros periféricos de diversas cidades do país, frente a luta das comunidades eclesiais de base e contra o encarecimento do custo de vida. Foram organizadas associações, centros, reuniões e outras formas de mobilização. Sua atuação se dava por petições públicas, manifestação de oposição e demais ações, com objetivo de mobilizar e criar forças. O MEP atuou em diversas cidades do país, tendo o foco maior na região sudeste. De forma geral, atuou em movimentos de saúde e saneamento, grupo de mulheres, pastorais e CEBs, além dos movimentos operários. Também esteve frente em mobilizações relacionadas a transporte e aos trabalhadores rurais, em certas localidades.

Embora o MEP buscasse a construção de um partido socialista e de vanguarda, representando o proletariado, diferente do caminho traçado pelo Partido dos Trabalhadores, apoiou a construção do PT, pois ele nasceu dentro do cenário de greves operárias e de lutas dos trabalhadores.

Além disso, dentro dos movimentos sociais, onde emergiram as questões culturais, foi possível uma aproximação e politização das pessoas, pois eram criados espaços de acolhimento e de discussão de novos valores. Nesse momento, os conflitos não se limitam às fábricas, nos centros urbanos, são apresentados novos

²⁹ Disponível no Brasil Nunca Mais em posição bnm_700 (1722)

tópicos na área “de saúde, transporte, moradia, cultura, meio ambiente, a opressão contra as mulheres, negros e a população LGBT.” (CUNHA, 2019, p.170)

A atuação do MEP frente à construção do PT ocasionou uma crise interna dentro da organização. O grupo ficou dividido entre aqueles que defendiam a tradição marxista-leninista e, para eles, por mais que o PT estivesse no meio dos trabalhadores, ele não era constituído pelas bases bolcheviques e outros membros enxergavam, no formato de partido de massas, o mais adequado ao momento e decidiram compor as bases de construção e atuação do Partido dos Trabalhadores.

Embora a organização estivesse enfrentando essa divisão, o II Congresso do MEP, que ocorreu em São Paulo, em 1982, buscou reafirmar e rever as formulações do grupo. Temas poucos desenvolvidos ganharam maior espaço para debate. Nesse sentido, foram levantadas pautas sobre as questões agrária, internacional e das minorias. Era necessário também avançar “a política de massas na área sindical, bairros, professores e estudantil.” (CUNHA, 2019, p.171)

Entretanto, mesmo com as reformulações, o MEP enfrentou crises internas e enfraqueceu, perdendo aos poucos os quadros. A organização viu a necessidade de aproximação com outros grupos de cunho comunista. Nesse sentido, o III Congresso foi realizado e, embora não tenham ocorrido avanços nas formulações já discutidas no II Congresso, o MEP iniciou o processo de fusão com outras duas entidades que enfrentavam problemas semelhantes: a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP), dissidente da Ação Popular, e a Ala Vermelha. Assim, surgiu o Movimento Comunista Revolucionário - MCR, em 1986, partindo da necessidade de se criar uma organização política forte, capaz de manter as antigas organizações ativas.

Pouco tempo depois, em 1989, percebeu-se que não havia mais necessidade em manter uma organização clandestina e a construção do PT como ferramenta da luta socialista tornou-se o foco. O MCR se transformou então em Força Socialista, que atuou como tendência interna do PT até 2004.

A organização do MEP em volta redonda

Volta Redonda tem uma importante história de resistência à ditadura militar. Os grupos ligados às esquerdas e de oposição em Volta Redonda nesse período promoviam discussões políticas, atuando na clandestinidade e com poucos militantes políticos, não promoveram nenhuma ação armada.

Esses grupos atuaram através de pichações, distribuição e colagens de manifestos e panfletos, que apresentavam críticas à ditadura militar e a repressão, e também levantavam questões regionais como a exploração de operários, o salário baixo dos metalúrgicos da CSN, a extensa jornada de trabalho e as péssimas condições de trabalho e ainda, demonstravam críticas ao imperialismo norte americano, tais ações tinham com o objetivo de conscientizar a população.

Conforme Soares (2019), os grupos de esquerda que atuaram na cidade tiveram relação de proximidade com a Igreja, pois havia intuito dos grupos políticos de desenvolver ações contestatórias à ditadura ampliando seus quadros. A Igreja serviu como um ponto de apoio aos movimentos sindical e social, pois, fornecia locais para realização de reuniões, como paróquias, salões comunitários etc. E mobilizou a imprensa, produziu discursos, boletins e se opunha ao regime através das missas.

Segundo Elvi Vasconcelos³⁰, professora e militante do movimento dos professores, eram realizadas muitas ações políticas na cidade. Os militantes dos movimentos sociais das cidades promoviam diversas ações: distribuía impressos, como jornais e cópias mimeografadas, tanto da construção civil, do sindicato dos metalúrgicos, da Igreja, do sindicato dos professores. Os militantes desses movimentos espalhavam-se pela cidade em grupos de 18 a 20 pessoas, para distribuir o material. Devido à perseguição política, alguns militantes foram presos e, como no caso da Elvi, demitidos.

Em Volta Redonda, o MEP se organizou após 1979. Os militantes da organização eram ligados ao movimento sindical, estudantil e operário e chegou a

³⁰ Entrevista realizada em 02/10/2020 com Elvi Vasconcelos.

somar cerca de vinte membros. Faziam reuniões e encontros na cidade e também em distritos de cidades vizinhas, como mecanismo para escapar da repressão.

O núcleo do MEP - VR foi fundado e coordenado por Nilo Sérgio Gomes e Ana Margarida, que possuíam vínculo com a diretoria da organização em âmbito estadual e nacional. Nilo Sérgio Gomes foi militante do movimento estudantil, do movimento operário e depois se tornou dirigente do MEP, também é jornalista e dava aulas na Universidade de Barra Mansa (UBM) e foi convidado por dirigentes da organização para ser o responsável pela fundação do MEP em Volta Redonda. Ele se mudou para a cidade para fundar uma célula de esquerda voltada para o movimento operário. De acordo com Nilo³¹, a principal motivação que levou ao surgimento do grupo na cidade “... é que o MEP foi um grupo voltado para o nome já diz, movimento pela emancipação do proletariado e Volta Redonda, por excelência, é a casa do proletário”. Acrescentou ainda que participava de grupos de oposição sindical e acabou sendo demitido devido à aproximação com militantes. O MEP atuou junto a outros grupos de oposição em Volta Redonda, incluindo movimentos independentes, de professores e de operários.

As reuniões, embora fossem proibidas, ocorreram inicialmente de forma quinzenal e duravam cerca de duas horas e meia a três horas, nas quais eram discutidos os assuntos mais relevantes do movimento sindical ao movimento operário nacional, sendo eles, acerca da liberdade de expressão e organização, acerca de qual partido os militantes iriam se aproximar, teoria revolucionária, pensamento marxista, análise de conjuntura e formas de intervenção política, focado nas lutas pela redemocratização e anistia ampla, e demandas dos movimentos sociais, até mesmo, com discussões acerca de gênero e feminismo. De acordo com Marlene Fernandes³², militante de grupo popular e independente em Volta Redonda, ocorriam assembleias com cursos e palestras de diversos intelectuais de várias localidades, voltados para os trabalhadores. Os militantes buscaram dialogar com os trabalhadores.

³¹ Entrevista realizada em 01/10/2020 com Nilo Sérgio Gomes.

³² Entrevista realizada em 24/9/2020 com Marlene Fernandes.

O MEP atuou nos diversos movimentos sociais da cidade como a OSM, Movimento pela Anistia, Associações de Moradores, grupos de mulheres, fundação do PT e as greves do período, angariando muita influência nesses movimentos e expandindo consideravelmente seus quadros na cidade, incluindo diversos ativistas católicos.” (SOARES, 2019)

Segundo Nilo³³, inicialmente as reuniões aconteceram na igreja do Conforto, em Volta Redonda, com o consentimento do bispo de Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros³⁴. Contou ainda que posteriormente, os militantes conseguiram alugar uma sede para o Partido dos Trabalhadores, no bairro Retiro.

O contato do MEP com integrantes de outras organizações e outros militantes se dava através das reuniões da cúria diocesana de Volta Redonda. De acordo com Elvi Vasconcelos³⁵, vinham pessoas do Rio de Janeiro, São João do Meriti, Belo Horizonte. Para Nilo³⁶, a relação com os militantes de outras organizações era de companheirismo e cumplicidade, principalmente devido aos riscos que corriam atuando na oposição.

Nestes espaços eram formados grupos de estudos acerca de materiais que discutiam pautas trabalhistas, dentre eles a coleção Cadernos de Educação Popular, de Marta Harnecker e Gabriela Uribe, que foi publicada no Chile durante o governo de Salvador Allende. Segundo Elvi³⁷: *“Eram reuniões quinzenais. As dos grupos de estudos eram semanais e as reuniões do MEP, lá na Cúria, com esse pessoal, eram quinzenais, mais ou menos, às vezes uma vez por mês. Eles sempre passavam um aviso.”*

Entretanto, devido a repressão, era constante a alternância de localização para pautar as discussões do grupo. Elvi Vasconcelos³⁸ relatou que professores da rede

³³ Entrevista realizada em 01/10/2020 com Nilo Sérgio Gomes.

³⁴ Foi bispo católico e bispo-emérito da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, desempenhando fundamental papel na redemocratização do país.

³⁵ Entrevista realizada em 02/10/2020 com Elvi Vasconcelos.

³⁶ Entrevista realizada em 01/10/2020 com Nilo Sérgio Gomes.

³⁷ Entrevista realizada em 02/10/2020 com Elvi Vasconcelos.

³⁸ Idem.

pública e privada faziam reuniões nas casas um dos outros. Os grupos tinham cerca de dez a quinze pessoas, e tentavam organizar um sindicato para os professores. Além disso, havia também reuniões em escolas, como o Colégio Manuel Marinho³⁹, em igrejas e até mesmo em bares. De acordo com Nilo⁴⁰:

Era tudo pessoalmente, para evitar ser clonado, então a gente fazia tudo pessoalmente. Marcava um encontro, por exemplo, na cúria, ou marcava encontro em frente ao escritório central, em Volta Redonda ou marcava encontro naquele bar maravilhoso que tem na Rua 4, na Vila.

Os militantes, muitas vezes, precisavam ir às reuniões disfarçados. Nilo⁴¹ relatou que os integrantes usavam perucas, tendo ele mesmo, inclusive, cortado o cabelo em uma ocasião. Além disso, precisavam utilizar pseudônimos.

Devido à crise econômica do país, as movimentações, as quais ocorriam junto ao MEP, tinham fortes motivações de ordem econômica, influenciados pelas greves de São Bernardo que surgiram naquele momento. De acordo com Marlene Fernandes⁴²:

Aqui [em Volta Redonda e região] se organizava oposição sindical e a gente atuava junto, a gente ia 'pras' reuniões de oposição sindical metalúrgica, a gente ia 'pra' tudo... E fundamos o PT; eu fui da primeira direção do PT e da CUT. Nós fundamos o PT e fundamos a CUT aqui na região. E o pessoal do MEP também.

Além da questão salarial, eram discutidas questões acerca dos trabalhadores que foram recrutados de outros estados para trabalharem na cidade, como os alojamentos, a alimentação. E também sobre como a polícia era autoritária e violenta com trabalhadores e estudantes.

³⁹Atual Instituto de Educação Professor Manuel Marinho, transformado em instituto em 17 de março de 1989.

⁴⁰ Entrevista realizada em 01/10/2020 com Nilo Sérgio Gomes.

⁴¹ Entrevista realizada em 01/10/2020 com Nilo Sérgio Gomes.

⁴² Entrevista realizada em 24/9/2020 com Marlene Fernandes.

A violência urbana foi outra demanda pautada pela Igreja local. Esse período foi marcado por sucessivas agressões aos direitos humanos, que se concretizavam em ações e prisões arbitrárias cometidas por policiais, principalmente nos bairros periféricos” (SOARES, 2019, p.180)

De acordo com Nilo⁴³, por se tratar de uma organização política de esquerda, muitos militantes eram das periferias da cidade e, dessa forma, levantadas pessoalmente pelos militantes, as pautas discutidas chegavam aos bairros mais afastados. A atuação dos militantes de oposição somados a das CEBs pelas cidades interferiram em questões do cotidiano que tinham relação direta com a vida nas periferias.

Segundo Soares (2019), essas comunidades foram responsáveis por inserir a periferia nas pautas políticas da cidade, através de luta por transporte público eficiente, saneamento básico, educação e saúde de qualidade. Foram organizadas passeatas, protestos e abaixo-assinados.

Atuando em conjunto com outros movimentos sociais, o MEP acabava dialogando com novas pautas. De acordo com Nilo⁴⁴, Jurema Batista⁴⁵, mulher, negra e militante, importante para a formação do coletivo de mulheres negras do Morro da Formiga na Tijuca.

Outra área de diálogo do MEP se dava dentro do clube de mães que foi organizado em Volta Redonda. Nilo⁴⁶ relatou que Ana Margarida, que era militante do MEP, participava do clube em Volta Redonda e contavam com apoio de Dom Waldyr Calheiros. Acrescentando acerca da questão da militância sobre feminismo e pautas das mulheres, Elvi⁴⁷ apontou que também era discutida a questão dos anticoncepcionais que eram distribuídos às mulheres mais pobres e de periferia, mas de forma insegura, sem prescrição e orientação. As militantes subiam os morros

⁴³ Entrevista realizada em 01/10/2020 com Nilo Sérgio Gomes.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Jurema Batista é professora, se tornou líder comunitária, foi ex-vereadora e ex-deputada estadual pelo PT, tendo forte atuação em áreas periféricas.

⁴⁶ Entrevista realizada em 01/10/2020 com Nilo Sérgio Gomes.

⁴⁷ Entrevista realizada em 02/10/2020 com Elvi Vasconcelos.

periféricos das cidades para levar informações acerca da pílula e seus efeitos. Outra questão era acerca da violência doméstica que, neste caso, atingia naquele momento, maioritariamente mulheres de classes média. Havia muito machismo e incompreensão acerca da emancipação da mulher.

Conforme já citado, mesmo em um processo de “abertura lenta, gradual e segura”, os órgãos repressores mantinham a vigilância. Em Volta Redonda ela era realizada de diversas formas, incluindo agentes militares, agentes da Assessoria de Segurança e Informação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Polícia Militar e da Secretaria de Estado de Segurança Pública via DGIE (Departamento Geral de Investigações Especiais) e SRIE (Setor Regional de Investigações Especiais) (SOARES, 2019). Os espaços destinados aos encontros não eram totalmente seguros, de acordo com Soares (2019), os órgãos de vigilância de Volta Redonda contavam com vários delatores e informantes espontâneos, como cidadãos civis, vereadores, prefeitos locais e também membros do clero.

Em depoimento, Marlene Fernandes⁴⁸, relatou que constavam trechos de falas dos participantes das reuniões em documentos, havia um fotógrafo que enviava fotos dos militantes ao BIB e não se sabe quem eram essas pessoas. Além disso, contou que ela e outros militantes eram seguidos.

Nilo Sérgio Gomes⁴⁹, contou que em diversos encontros havia participação de pessoas que nenhum dos outros militantes havia visto ou conhecia e que muitas vezes, essas pessoas não eram vistas novamente. Acrescentou que era seguido por uma caminhonete e que, muitas vezes se encontrava parada na rua de sua residência e não se sabia quem era o dono dela.

Elvi Vasconcelos⁵⁰ acrescentou que, além da presença de carros desconhecidos que a seguia, faziam vigilância em sua casa, também recebia ligações

⁴⁸ Entrevista realizada em 24/9/2020 com Marlene Fernandes. Os documentos citados faziam parte do banco de dados dos órgãos repressores que continham “fichas” dos militantes, operários e demais pessoas consideradas ‘agentes da subversão’. Acrescentou que muitos operários tinham seus nomes em uma espécie de “lista negra”, que eram entregues às fábricas.

⁴⁹ Entrevista realizada em 01/10/2020 com Nilo Sérgio Gomes.

⁵⁰ Entrevista realizada em 02/10/2020 com Elvi Vasconcelos.

anônimas de ameaça durante a madrugada, buscando causar temor nos militantes e impedir os encontros de ocorrerem. *“Eu não ia à reunião, mas também não falava com ninguém. A liderança era eu, eles me amedrontavam e não ia haver reunião, não é isso? Aí as pessoas iam à reunião, a reunião acontecia.”* De acordo com Nilo⁵¹:

Mesmo com a polícia no nosso encaço, mesmo isso, não desanimou que a gente perseguisse o objetivo de fundar uma célula em Volta Redonda. Fundamos. Criamos um diretório do MEP em Volta Redonda e esse diretório foi o embrião do Partido dos Trabalhadores em Volta Redonda. E contou com apoio dos católicos, sobretudo, os católicos das Comunidades Eclesiais de Base.

Os movimentos sociais organizados em Volta Redondos tinham força e atingiram diversas áreas da cidade, além de pressionarem o poder público, buscando melhorias para a cidade e população e contribuindo com o processo de redemocratização. Marlene⁵² relatou que:

(...) o movimento dos anos oitenta tem a ver com o contexto nacional, foi atuando na redemocratização, atuando no Brasil, e foi todo mundo fazer trabalho de base, é isso, educação popular, educação política, e os espaços de militância sindical, de associação de morador, grupos de mães, eram espaços políticos, de educação política.

A luta das esquerdas somada a das Comunidades Eclesiais de Base, em Volta Redonda, foi responsável por promover avanços para a cidade, além da politização e engajamento social frente às violações de direitos que ocorreram em decorrência da repressão do regime, contribuindo como frente em defesa da democracia. Elvi Vasconcelos⁵³ apontou que:

Essa quantidade de escola que tem em Volta Redonda, isso foi de luta dos operários, essa quantidade de escola, a qualidade do ensino, que na época a qualidade de ensino em Volta Redonda sempre foi muito boa, tudo foi luta dos operários, e a gente acabou por falta de mobilização, as pessoas foram deixando que a política, só a política partidária se encarregasse disso.

⁵¹ Entrevista realizada em 01/10/2020 com Nilo Sérgio Gomes.

⁵² Entrevista realizada em 24/9/2020 com Marlene Fernandes.

⁵³ Entrevista realizada em 02/10/2020 com Elvi Vasconcelos.

A partir de 1980, o MEP passou a organizar reuniões e seminários abertos, que contavam com a participação de militantes da Igreja e dos movimentos sociais locais. (SOARES, 2019). Devido ao processo de abertura política dos anos 1980, o MEP - conforme já citado - bem como as demais organizações de Volta Redonda foram desarticulados e foram, aos poucos, desmanchados. Os remanescentes revolucionários passaram a se unificar para fortalecer um único grupo que seria o Partido dos Trabalhadores. Segundo Nilo⁵⁴: *“A importância do movimento do proletário, de trabalhadores, foi algo indescritível, sem o MEP, o PT iria demorar muito mais tempo.”*

Com a abertura política, os militantes saíram da clandestinidade, lideranças retomaram atividades na área de educação, ocupam direções em órgãos, como o SEPE, alguns deles filiam-se a outros partidos além do Partido dos Trabalhadores, como o Partido Democrático Trabalhista, enfim, mantém suas atividades sob novos formatos. De acordo com Marlene Fernandes⁵⁵:

Eles [os grupos militantes] atuaram em Volta Redonda até os anos noventa, eles vão se articulando como grupo à medida que eles vão assumindo o PT como o seu partido, no processo de redemocratização. Esse processo deles de desmanche, como grupos, de não ver mais sentido nisso, porque é uma outra visão sobre revolução, transformação da sociedade brasileira e eles vão assumindo o PT como seu partido, embora possam ter divergências, mas como organizações, revolucionários, isso vai se dando dentro do PT.

Dessa forma, com apoio amplo e organizado de trabalhadores de diversas categorias, o Partido dos Trabalhadores se consolidou, apesar de equívocos e discordâncias. De todo modo, aos poucos a militância clandestina que à resistiu a ditadura em Volta Redonda, na qual o MEP esteve inserido, foi desfeita e se transformou, se desdobrando em outras formas de atuação, retornando às salas de aula, se filiando a partidos como PT e PDT.

⁵⁴ Entrevista realizada em 01/10/2020 com Nilo Sérgio Gomes.

⁵⁵ Entrevista realizada em 24/9/2020 com Marlene Fernandes.

Considerações finais

A trajetória política do Movimento de Emancipação do Proletariado ocorreu dentro de um contexto repressivo da historiografia brasileira. A ditadura civil militar, instaurada em 1964 através de um golpe de estado, deixou profundas marcas sociais, entretanto, mesmo diante de um sistema tão repressivo, surgiram vários grupos de oposição contrários às ideologias aplicadas pelo Estado.

Diante da fragmentação da esquerda e as críticas geradas ao PCB junto a sua forma de atuação, através da luta armada, ocorreu à dissidência de vários grupos que se articulavam e desarticularam em detrimento da repressão. O surgimento do MEP ocorreu com o objetivo de reorientar os grupos anteriores. De acordo com as informações coletadas e apresentadas nesse artigo, podemos concluir que a atuação do MEP se concentrou e atuou mediante a uma conjuntura perigosa imposta pela ditadura, apresentando uma ação conjunta com a classe trabalhadora como forma de resistência à ditadura militar, realizado através de trabalhos de base, movimentando greves, paralisações, enfim, pressionando e denunciando o governo.

O MEP atuou em âmbito nacional, se concentrando especialmente na região sudeste. Manifestava ideias socialistas, realizava trabalhos de base junto à população. Uma das táticas estratégicas utilizado pelo movimento, foi a articulação do jornal “O Companheiro” no qual obtinham informações dos encontros junto aos crimes de torturas cometidas pela ditadura. Posteriormente, o grupo também passou a publicar o periódico “Nova Luta”.

Em Volta Redonda, a organização surgiu a partir de 1979, atuando junto a outros movimentos sociais. Assegurado por proteção eclesiástica, muitos encontros aconteciam dentro da Cúria Diocesana, nas casas dos militantes ou diretamente dentro de bares. Nessas reuniões eram debatidos teoria política, arrocho salarial, melhorias nas condições trabalhistas e direito à greve, questões sociais, questões acerca da repressão e da falta de liberdade de expressão e manifestação, intervindo diretamente com o sindicato e os trabalhadores. A organização na cidade foi pautada

junto ao seu trabalho de base, com campanhas de entrega de panfletos, greves, passeatas.

Ao abordar a trajetória do MEP, em especial, dentro da cidade de Volta Redonda é de suma importância para reconstruir uma trajetória de resistência à ditadura militar. É importante que a memória do que realmente foi o período seja preservada para que o mesmo não seja lembrado de forma equivocada e romântica, como tem ocorrido entre alguns setores da sociedade atual. Durante toda a abordagem do trabalho, foi pautado as lutas dos professores, jornalistas, estudantes e demais trabalhadores em buscar melhores condições de salários, moradia e liberdade.

Todavia, de acordo com as entrevistas realizadas para a formulação da pesquisa, a discussão relacionada ao MEP se tornou um assunto arquivado, no qual, mesmo diante da sua importância social, pouco é comentado dentro das escolas e universidades. Com o processo de reabertura política, o MEP entrou em processo de desestruturação a partir da criação do Partido dos Trabalhadores.

As pesquisas realizadas em torno da Ditadura Militar no Brasil somadas aos relatos daqueles que de alguma forma foram atingidos pelos órgãos repressores contribuem significativamente para que se mantenha registrado e lembrado as violações de direitos e demais arbitrariedades cometidas pelo regime.

Referências

ALMEIDA, Dinorah Lopes Rubim. **A repressão e os descaminhos da luta armada no Brasil**. XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH Natal/RN. 2013.

BATISTA, Jurema; NOGUEIRA, Nilcemar; PETRONE, Talíria. **Negras no Poder**. Entrevista concedida à Gabriele Roza. A Pública, Agência de Jornalismo Investigativo. 10 de agosto de 2018. Disponível em <<https://apublica.org/2018/08/negras-no-poder/>> Acesso em 14 de outubro 2020.

BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário**. Revista Justiça Do Direito, 29(3), 587-605. Disponível em <<https://doi.org/10.5335/rjd.v29i3.5611>> Acesso em 22 de junho de 2020

BRASIL. **Ato Institucional nº 1**, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. Recurso eletrônico. Volume II. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php>>. Acesso em 25 de setembro de 2020.

CANCIAN, Renato. **Trotskismo. Teses e reflexões de Trotsky, o líder revolucionário comunista**. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/trotskismo-teses-e-reflexoes-de-trotsky-o-lider-revolucionario-comunista.htm>> acesso em 15 de outubro de 2020.

CUNHA, Vinicius Moraes Da. **À procura da revolução brasileira: itinerários do Movimento de Emancipação do Proletariado**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – São Paulo, São Paulo. 2019

D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (org.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DAMBROS, Elita, HULSE, Levi, VAGNER, Joice Luiza, COLAÇO, Marcelo, BRIDI, Carolina. **O Pluripartidarismo e a Representatividade Social na Democracia Nacional**. Revista Extensão em Foco. V5. n.1 p.118-134. 2017. Disponível em <<http://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/1205/610>> Acesso em 22 de julho de 2020.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. As Mobilizações pela Anistia Ampla, Geral, Política e Irrestrita na Repressão Política. **Revista do Arquivo Nacional**: Acervo. Rio de Janeiro. v.27, nº1. p.268-279 Jan/Jun. 2014.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995

FAUSTO, Boris. **Boris Fausto sobre o Golpe de 64**: “É impossível negar os fatos”. Entrevista concedida à Thiago Domenici. A Pública, Agência de Jornalismo Investigativo. 29 de março de 2019. Disponível em <<https://apublica.org/2019/03/boris-fausto-sobre-o-golpe-de-64-e-impossivel-negar-os-fatos/>> Acesso em: 23 set. 2020.

FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 24 no.47. 2004.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Movimento de Emancipação do Proletariado**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-pela-emancipacao-do-proletariado-mep>> Acesso em: 16 jul. 2020.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Partido Comunista Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>> Acesso em: 15 de out. 2020.

GANDRA, Marcos Aurélio Ramalho. **Cidade Vermelha do Aço**: Greves, Controle Operário e Poder Popular em Volta Redonda (1988-1889). Dissertação (Mestrado em História Contemporânea). Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2009.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1987.

KNEIPP, Bruno Burgarelli Albergaria. **A pluralidade de partidos políticos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Abertura política, militância múltipla e protestos públicos** CERU, 20(1), 223-239. 2009; Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1413-45192009000100013>> Acesso em: 16 jul. 2020.

REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução Brasileira**: Documentos Políticos das Organizações de Esquerda dos anos 1961-1971. Editora Marco Zero, 1985.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970 -1980)**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1988.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **Memórias de um Pretérito (Im) Perfeito: História Oral da Luta Armada no Brasil**. XI Encontro Nacional de História Oral. UFRJ. Rio de Janeiro. 2012

SOARES, Paulo Célio. **Encontros e confrontos na frágua: Igreja, esquerdas e militares em Volta Redonda. (1967-1979)**. Dissertação (Doutorado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, Rio de Janeiro. 2019.

Fontes pesquisadas

Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>

Entrevistas realizadas

- 1) Elvi Vasconcelos, professora, fundadora do CEPE, militou em movimentos populares no final da década de 1970.
- 2) Marlene Fernandes, professora, fundadora do CEPE, fundadora do PT e da CUT em Volta Redonda, militante em movimentos feministas e populares da cidade no final da década de 1970.
- 3) Nilo Sérgio Gomes, professor e jornalista, fundador do MEP em Volta Redonda, militante no movimento popular local.